

B)A.



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO Nº: 01/2024 PROPOSTA Nº : 07/2024/DURB/GAPGPA
Realizada em: 10/01/2024 DELIBERAÇÃO Nº : 19/2024
ASSUNTO: **Apresentação de Candidatura da Praia da Figueirinha ao Galardão Bandeira Azul 2024.**

A Campanha da Bandeira Azul da Europa iniciou-se à escala europeia, em 1987, integrada no programa do Ano Europeu do Ambiente. Esta iniciativa da FEE (Fundação para a Educação Ambiental) com o apoio da Comissão Europeia, tem por objetivo, elevar o grau de consciencialização dos cidadãos em geral, e dos decisores em particular, para a necessidade de se proteger o ambiente marinho e costeiro e incentivar a realização de ações conducentes à resolução dos problemas aí existentes.

Todos os anos esta Campanha assume um tema, sendo o de 2024 a **“Liderança Azul”**.

A Bandeira Azul é assim um galardão de qualidade ambiental, atribuído anualmente às praias e portos de recreio que se candidatem e que cumpram um conjunto de critérios de natureza ambiental, de segurança e conforto dos utentes e de informação e sensibilização ambiental, classificando as praias em vários aspetos, através da avaliação de um conjunto de critérios pré-definidos.

São aplicáveis para efeitos de candidatura de zonas balneares um universo de 33 critérios, dos quais, 28 são de cumprimento obrigatório (I), abrangidos por quatro grupos distintos:

- I. Informação e Educação Ambiental (1-6);
- II. Qualidade da Água (7-11);
- III. Gestão Ambiental e Equipamentos (12-25);
- IV. Segurança e Serviços (26-33).

Discriminando:

I. INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- 1. (I) Informação sobre o Programa Bandeira Azul.
- 2. (I) Realização e promoção de, pelo menos, 6 Atividades de Educação Ambiental.
- 3. (I) Informação sobre a qualidade da água balnear.



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

4. (I) Existência de informação sobre as áreas sensíveis e ecossistemas na área da praia, bem como sobre o comportamento a assumir perante os mesmos.
5. (I) Mapa com os serviços e os equipamentos da zona balnear devidamente assinalados.
6. (I) Código de Conduta para a zona balnear, com informação sobre os comportamentos adequados.

II. QUALIDADE DA ÁGUA

7. (I) Cumprimento das normas e da legislação nacional e do Programa Bandeira Azul relativas à amostragem e frequência no que respeita a qualidade da água balnear.
8. (I) Cumprimento das normas e legislação nacional e do Programa Bandeira Azul relativas às análises da qualidade da água balnear.
9. (I) Garantia que as eventuais descargas de águas residuais industriais ou urbanas na área da praia não afetam a sua qualidade. A comunidade em que a praia se encontra integrada tem de estar de acordo com as normas e legislação relativa ao tratamento de águas residuais.
10. (I) Cumprimento dos requisitos do Programa Bandeira Azul no que respeita os parâmetros, *Escherichia coli (faecal colibacteria)* e *Intestinal Enterococci (streptococci)*.
11. (G) Cumprimento dos requisitos do Programa Bandeira Azul no que respeita os parâmetros físico-químicos.

III. GESTÃO AMBIENTAL E EQUIPAMENTOS

12. (G) Definição de um comité que se encarregue da gestão da praia e que realize auditorias com frequência.
13. (I) Plano de Ordenamento da zona balnear, seguido pelas entidades responsáveis locais e gestoras da praia.
14. (I) Colaboração na Conservação/Proteção de Áreas Protegidas ou Sensíveis.
15. (I) A praia tem de ser mantida limpa.
16. (I) Na zona balnear não se deve verificar acumulação de algas, exceto se a vegetação tiver um propósito específico, se encontrar num local apropriado e não perturbar os utentes.
17. (I) Recipientes para recolha de resíduos no areal e nas entradas da praia, seguros, em boas condições de manutenção e regularmente esvaziados.
18. (I) Equipamentos para recolha seletiva de embalagens de plástico/metálico, de vidro e de papel.
19. (I) Instalações sanitárias em número suficiente.
20. (I) Instalações sanitárias em boas condições de higiene e de manutenção.



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

21. (I) Instalações sanitárias com destino final adequado para as suas águas residuais.
22. (I) Inexistência das seguintes atividades:
 - Circulação de veículos não autorizados;
 - Competições de automóveis ou de outros veículos motorizados;
 - Descarga de entulho;
 - Campismo não autorizado.
23. (I) Interdita a permanência e a circulação de animais domésticos, ou outros, fora das zonas autorizadas.
24. (I) Edifícios e equipamentos da praia em boas condições de conservação.
25. (Não aplicável em Portugal) Monitorização de habitats marinhos ou fluviais considerados sensíveis (ex. recifes de coral ou mangais).
26. (I) Promoção de utilização de meios de transporte sustentáveis na zona da praia, tais como bicicleta ou transporte público, bem como de zonas pedonais.

IV. SEGURANÇA E SERVIÇOS

27. (I) Nadadores-salvadores em serviço durante a época balnear, com o respetivo equipamento de salvamento.
28. (I) Serviço de primeiros socorros na praia, devidamente assinalado.
29. (I) Planos de Emergência, locais ou regionais, relativamente a acidentes de poluição na praia.
30. (I) Inexistência de conflito de usos na praia. Se existirem áreas sensíveis na zona envolvente da praia devem ser implementadas medidas que previnam impactes negativos, nomeadamente aqueles que resultem do comportamento dos utentes ou do tráfego para a praia.
31. (I) Medidas de segurança que protejam os utentes da praia e acessos seguros à zona balnear.
32. (G) Fonte de água potável devidamente protegida.
33. (I) Pelo menos uma das praias do Município tem de estar equipada com rampas e instalações sanitárias para deficientes motores, exceto quando a topografia do local não o permitir. Nos casos dos Municípios que têm apenas uma praia com Bandeira Azul, esta tem que cumprir os requisitos acima referidos.

Desta forma, estando a Câmara Municipal ciente do seu papel impulsionador no desenvolvimento do potencial turístico e na promoção da qualidade ambiental, avaliou as 5 praias com uso balnear consagradas no POC Espichel Odeceixe em vigor (Resolução de Conselho de Ministros



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

n.º87.A/2022, de 4 de outubro) para efeitos de candidatura., **considerando-se estarem reunidas novamente e, pelo décimo quinto ano consecutivo, as condições mínimas para a apresentação da candidatura à atribuição daquele galardão na Praia da Figueirinha.**

Assim sendo propõe-se, nos termos da alínea u) do n.º1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, **que a Câmara Municipal de Setúbal delibere a atribuição de apoio financeiro no valor total de € 450,00 (quatrocentos e cinquenta euros) à Associação Bandeira Azul de Ambiente e Educação, de acordo com o número 7 da cláusula 4.ª do Regulamento do Programa Bandeira Azul – Anexo IV, para que a candidatura desta Praia seja devidamente avaliada pelas entidades competentes para efeitos de atribuição do galardão.**

Propõe-se ainda, que a parte da ata respeitante a esta deliberação seja aprovada em minuta para efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O TÉCNICO

A CHEFE DE GABINETE MULTIDISCIPLINAR

F. L. P. Fernandes

O DIRECTOR DO DEPARTAMENTO

O PROPONENTE

José Ramalho da Silva

M. M.

APROVADA / REJEITADA por: Votos Contra; Abstenções; 11 Votos a Favor.

Aprovada em minuta, para efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 57 da lei 75/13, de 12 de Setembro

O RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA ACTA

O PRESIDENTE DA CÂMARA

S. B.

[Signature]

CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL
CONTRIBUINTE N.º501294104
PRAÇA DO BOCAGE
2900-276-SETUBAL

IMPRESSO	PAGINA
2024/01/08	1

PROPOSTA DE CABIMENTO

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
D0411	ssilva	2024/01/08	245	2024

DESCRIÇÃO DA DESPESA
APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA DA PRAIA DA FIGUEIRINHA AO GALARDÃO BANDEIRA AZUL/2024
PROPOSTA N.º 07/2024/DURB/GAPGPA - \ ALÍNEA U) DO N.º1 DO ARTIGO 33º ANEXO I DA LEI 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	DOTAÇÃO DISPONÍVEL
TIPO DESP: T012-Transf.Correntes-Instituições sem fins lucrativos	57.507,54
ORGÂNICA : 0203 DEP.COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E TURISMO	A CABIMENTAR
ECONÓMICA: 040701 INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	450,00
PLANO : 2017 A 3	SALDO APÓS CABIMENTO
TURISMO	57.057,54
Apoios da promoção turística	

EXTENSO
QUATROCENTOS E CINQUENTA EUROS

PROPOSTA CABIMENTADA EM 2024/01/08

AUTORIZAÇÃO


PROCESSADO POR COMPUTADOR